



# Dia a Dia

Rafael Motta e equipe

e-mail: diaadia@atribuna.com.br

## **Codesavi fecha ano com prejuízo de R\$ 55 milhões**

A Companhia de Desenvolvimento de São Vicente (Codesavi), que está em processo de liquidação previsto para terminar em junho, encerrou o ano passado com prejuízo de R\$ 55,016 milhões. Foi inferior ao de 2020, quando chegou a R\$ 68,357 milhões, mas elevou os prejuízos acumulados da empresa, de economia mista, a R\$ 595,444 milhões. Os números constam nas demonstrações contábeis da Codesavi, publicadas no Boletim Oficial do Município da última quarta-feira. A companhia, que tinha como funções executar obras, serviços, estudos e projetos relacionados ao desenvolvimento e à urbanização da Cidade, perdeu atividade e acumulou débitos. Por exemplo, acabou 2021 com R\$ 438,722 milhões em impostos e obrigações trabalhistas a pagar, numa elevação superior a R\$ 40 milhões em 12 meses; e tem R\$ 97,784 milhões a pagar à empresa Cavo, que coletava lixo na Cidade, num acordo firmado há 15 anos para uma dívida que a Diretoria Jurídica da Codesavi diz estar prescrita.

## **A receber**

A companhia também tem créditos de R\$ 162,3 milhões a receber da Prefeitura, sua principal cliente e acionista majoritária (99,99%). São débitos em notas fiscais, faturas de serviços e processos administrativos dos períodos de 1996 a 2005 e entre 2010 e 2014, conforme as demonstrações contábeis.

## **Esperando o PDV**

Desde o começo de abril, a Prefeitura de São Vicente está autorizada a criar um Programa de Demissão Voluntária (PDV) para os funcionários da Codesavi. Quando todos os empregados forem dispensados, a Administração deixará de pagar R\$ 33,2 milhões anuais, ou 2,9% da receita corrente líquida municipal.

## **Eles também**

Falando em empresa municipal, a Prodesan, de Santos, manteve funcionários de limpeza e higienização em prédios vinculados à Secretaria Municipal de Saúde durante a pandemia de covid-19. Por isso, na avaliação do vereador Fabrício Cardoso (Pode), deveriam fazer jus a uma bonificação extraordinária.

## **Há projeto**

Cardoso sugeriu à Prefeitura a inclusão desses funcionários em um projeto de lei enviado pelo próprio Executivo à Casa, pelo qual servidores vinculados à pasta da Saúde que atuaram no combate ao coronavírus poderão receber valor adicional específico por essa situação.

## **Vereadora e mãe**

Em Cubatão, a vereadora Jaque Barbosa (PSD) pediu afastamento temporário por licença-maternidade. Está na fase final da gravidez. Disse que voltará quando a filha "dispensar os primeiros cuidados". Deve substituí-la Alfredo de Souza Silva, o Cabeças Bar, suplente.



FERNANDA LUIZ - 8/2/18

## **Interligação**

Para o vereador João Neri (PSD, foto), Santos adotaria uma boa solução urbana se o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) utilizasse os ramais ferroviários já existentes. Com isso, faria percursos "interligando a Baixada Santista".

## **Até São Paulo**

Neri vai além: pede à Prefeitura que "requisite ao setor competente" informações sobre a possível abertura de linhas ferroviárias para transporte de passageiros até São Paulo e dentro da Cidade. Também solicitou à Câmara que envie cópias desse requerimento ao Governo paulista e ao deputado estadual Paulo Corrêa Júnior (PSD) — possivelmente, para que reforce as sugestões ao Estado.

## **Para doadores**

Ainda sobre transporte, o vereador Sérgio Santana (PL) apresentou mais um projeto de gratuidade no transporte coletivo santista: para doadores de sangue e de medula óssea, a ser estendido para um acompanhante.

## **Outra tentativa**

Santana também havia proposto a isenção da tarifa para idosos a partir de 60 anos, em vez de 65. Foi aprovada na Câmara, mas vetada pelo prefeito Rogério Santos (PSDB). A Casa manteve o veto.



# Baixada Santista registra em um dia 345 casos de covid-19

Nas nove cidades da Baixada Santista, há 13 dias não são registrados óbitos provocados pelo novo coronavírus

SANDRO THADEU  
DA REDAÇÃO

A Baixada Santista contabilizou ontem mais 345 casos de covid-19, segundo dados oficiais das prefeituras. Todos os diagnósticos positivos foram verificados em Santos. Não houve óbitos provocados pela doença nas últimas 24 horas.

É possível que esse cenário seja um pouco diferente na região, porque seis municípios não atualizam os dados sobre a enfermidade aos finais de semana e feriados (Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Peruíbe e São Vicente).

Desde o início da pandemia, em março de 2020, a Baixada Santista registrou 227.609 casos positivos da enfermidade, que tirou a vida de 8.119 moradores das



Até agora 83,9% dos moradores locais estão com o esquema de imunização completo contra a doença

## ESGOTOU

A Prefeitura de Santos informou que o estoque da vacina Pfizer pediátrica está esgotado. De acordo com a Administração Municipal, "tão logo seja recebido um novo lote, as crianças menores de seis anos e as de 5 a 11 anos que tenham comorbidades ou sejam imunossuprimidas voltarão a ser vacinadas". A aplicação de outras vacinas para diferentes públicos continua ocorrendo normalmente na Cidade. Os endereços dos postos de vacinação e os horários estão listados no site [www.santos.sp.gov.br](http://www.santos.sp.gov.br).

cidades locais.

As secretarias municipais de Saúde investigam, ainda, 1.459 cidadãos que podem ter contraído o coro-

navírus e 98 óbitos, sendo 77 deles em Guarujá e 13 em Praia Grande.

## VACINAÇÃO

Segundo dados de ontem da plataforma Vacina Já, mantida pelo Governo do Estado, mais 563 pessoas receberam doses contra a covid-19 na Baixada Santista.

A região tem 83,9% da população (1.577.910 habitantes) com o esquema de imunização completo contra a doença.

## INTERNAÇÕES

Segundo dados da Prefeitura de Santos, o número de pessoas hospitalizadas em leitos de enfermaria na rede de saúde teve uma diminuição ontem, em comparação ao dia anterior, passando de 30 para 28.

Também houve queda no total de internados nas Unidades de Terapia de Intensiva (UTIs) nesse mesmo período: de 15 para nove.

A taxa geral de ocupação das 149 vagas de enfermaria da Cidade é de 19%. Já nas UTIs, esse índice está em 12%.



**SANTOS.** Matéria voltará ao plenário para ser discutida e votada em definitivo

# PL quer fim de caligrafia ilegível por médicos

» Será que o médico escreveu paracetamol ou é dipirona? Caso um projeto de lei que tramita atualmente em Santos venha a ser aprovado pelo Legislativo e sancionado pelo Executivo, esse tipo de dúvida pode vir a estar com os dias contados. Tramitando desde agosto do ano passado, o PL 172/2021, de autoria de Carlos Teixeira Filho (PSDB), o Cacá, prevê a obrigatoriedade de digitalização e impressão de receituários médicos no município.

Em seu texto, o vereador explica que as receitas mé-

dicas, e também os pedidos de exames, deverão ser digitalizados no computador e impressos pelo médico no momento da consulta. Os documentos ainda deverão ser acompanhados da assinatura e do carimbo do profissional tanto em hospitais públicos e privados quanto ambulatoriais ou consultórios médicos e odontológicos particulares do município de Santos.

"É sabido que grande parte das receitas, pedidos e declarações emitidos por profissionais da saúde são ilegíveis tanto para farma-

cêuticos quanto para pacientes. Sabemos que uma caligrafia pouco clara pode gerar riscos à saúde e mesmo à vida dos pacientes, pois ao se fazer uma leitura equivocada de uma prescrição, doses incorretas dos medicamentos podem ser administradas ou até mesmo medicamentos podem ser confundidos pelos farmacêuticos", escreveu Cacá em sua justificativa.

O projeto de lei prevê que nos casos de atendimento emergencial externo, o profissional não precisará cumprir o indicado, podendo proceder da maneira tradicional ao prescrever a receita de próprio punho, utilizando letra de forma. Já as unidades hospitalares públicas receberão do Poder Público apoio técnico necessário para implantação do novo modelo de receitas médicas impressas.

"É importante e isso já temos em alguns outros municípios como Capivari, Serra Negra do Norte, Chapadão do Sul, São José do Rio Preto, Goiânia, Suzano e sempre foi uma iniciativa do Legislativo. Todos tiveram uma legislação como essa, com esse teor e que foi aprovada e sancionada pelo Executivo", afirmou Cacá durante a sessão ordinária do último dia 19 de abril.



REPRODUÇÃO / FACEBOOK

Projeto do vereador Cacá ainda deverá voltar ao plenário santista

**Será que o médico escreveu paracetamol ou é dipirona? Esse tipo de dúvida está com os dias contados**

Em março deste ano, o PL recebeu parecer contrário da Comissão de Saúde, mas a presidente Telma de Souza (PT) apresentou um substitutivo, que foi recusado por seus dois colegas. O parecer foi colocado em discussão no plenário da Casa de Leis santista.

"Nossa prefeita Telma de Souza teve a sensibilidade de fazer um parecer contrário à maioria dos componentes da comissão da

saúde e veio a complementar, veio a enriquecer o projeto da forma que ela apresentou no substitutivo. É uma necessidade porque algumas situações são colocadas, não só aos comerciantes que leem aquele receituário, mas que pode levar a óbito até um paciente dependendo do local e vem a ser medicado de forma equivocada", explicou o vereador.

Por 16 votos a zero, o parecer contrário foi rejeitado no plenário e o texto seguirá progredindo na Câmara dos Vereadores.

"Eu entendo que ela [a iniciativa] tem que prosperar. Ela tem que ser devidamente discutida. É importante que façamos isso, por isso, fiz um substitutivo em separado e assim votarmos contra o parecer contrário para que esse projeto, que eu entendo ser importante de autoria do vereador Cacá Teixeira, possa prosseguir", finaliza.

Agora, o PL 172/2021 será submetido a análise pelos integrantes da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que deverão dar prosseguimento à matéria ao longo de maio. A matéria deverá, posteriormente, voltar ao plenário para ser discutida e votada em caráter definitivo antes que o material chegue à mesa do prefeito Rogério Santos. (LG Rodrigues)